



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Acta da Sessão Ordinária realizada em 2010/12/07

Aos sete dias do mês de Dezembro, do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Vinhais, no Auditório da Casa do Povo, às catorze horas e quarenta e cinco minutos foi declarada aberta a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte: -----

PRESIDENTE: Eurico Fernandes Gonçalves; -----

1.º SECRETÁRIO: Manuel Pedro Gama; -----

2.º SECRETÁRIO: Helena Margarida Beato dos Santos Afonso. -----

PRESENÇAS: -----

Presenças: -----

Manuel Dinis Magro Gomes, António Francisco Silva, Jorge Paulo Gomes da Silva, António dos Anjos Gonçalves, José António dos Reis, Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado, Manuel Humberto Gonçalves, Franclim do Nascimento Serafim, Maria da Glória Pires Cruz Veleda, Mário Augusto Gonçalves, Duarte Nuno Pires, Alberto dos Anjos Martins, Hilário de Assis Gonçalves Pires, Carlos Alberto Vaz; Aniceto do Espírito Santo Diegues, Miguel Joaquim Linhas, Jocelim António Guerreiro de Carvalho, António Paulo Oliveira Neves, Francisco José Nunes Cunha, Duarte Francisco Gomes, Manuel António Pedreiro, José Guilherme Fernandes Barreira, Eduardo de Jesus Moraes, José Joaquim Dinis, Adelino José dos Santos, André João da Silva Rodrigues, Carlos Dinis Mateus Fornos, Olímpio Evangelista Fontes, Rui Virgílio da Cunha Madureira, Domingos Augusto Fernandes, Nuno Alexandre Barreira Santos, Manuel António Fernandes Martins, Fernando Jorge Diegues Magalhães, António Abílio Ferreira Barreira, José Henrique Vieira da Silva, Humberto José Sobrinho Alves, Carlos Abel Almendra Frias Vieira, Manuel Gilberto Afonso Lousada, Francisco dos Santos Barroso, Dora Maria Barroso de Sá, Maria do Carmo Fernandes,

Anabela Afonso Doreta, Maria Adelaide Fernandes Morais, José Augusto Pinheiro, Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida, Luís Alberto Piçarra, Humberto da Cruz Carneiro, José Humberto Martins, José Carlos Claro, José Paulino Castanheira, Horácio Domingos Afonso, Solange Sofia Aboim Lobo, Manuel João Pintor Libório, Inácio Lourenço Fernandes, Manuel Aurélio Taveira Fernandes, Manuel do Nascimento Ferreira, Diana Sofia da Costa, Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, Maria Madalena Afonso Magalhães, Afonso Gonçalo Patrício e Manuel Dinis Lousada. -----

Faltaram por motivo justificado os Senhores Deputados, Eduardo Vicente Roxo, Eduardo Manuel Martins Rodrigues, Anabela do Sameiro Diegues da Cruz, António João Margarido Alves, José Maria Ribas, António Miguel Borges da Silva.. -----

Faltaram sem justificação de falta, os Senhores Deputados Octávio Manuel Gonçalves Ferro pelo que lhes foi considerada injustificada a falta. -----

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia. -----

2 - Ordem do Dia. -----

2.1 – Apreciação e votação da acta da sessão anterior; -----

2.2 - Leitura resumida do expediente; -----

2.3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal; --

2.4 - Período de intervenções; -----

2.5 – Estatutos da CIM-TM - Alteração; -----

2.6 – Taxa Municipal de Direito de Passagem; -----

2.7 – Lei das Finanças Locais – art.º 20.º - Participação variável no IRS; -----

2.8 – Alienação das participações que o Município detém na Cacovin e Ecolignum; -----

2.9 – Regulamento do Ecomuseu; -----

2.10 – Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação; -----

2.11 - Aprovação do Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal para o ano de 2011; -----

2.12 – 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 3.ª Plano Plurianual de Investimentos; ---

3 - Período reservado ao Público. -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, para apresentar cumprimentos a todos os presentes, especialmente ao Senhor Deputado Afonso Gonçalo Patrício, que inicia as funções como Deputado Municipal, em virtude da Senhora Deputada Marília de Lurdes Fortunato Fernandes ter pedido suspensão de mandato. -----

De seguida referiu-se ao requerimento que apresentou na última sessão da Assembleia Municipal, que dizia respeito à transcrição do diálogo que teve na sessão da Assembleia Municipal de trinta de Junho, com o Senhor Deputado Municipal, Manuel Dinis Lousada, relativamente ao ponto 2.1 da ordem do dia, que a seguir se transcreve: -----

“Em relação a este ponto do ponto 2.1 que tem haver com a apreciação e votação da acta da sessão anterior, então queria só dizer que sempre que os Senhores Deputados entenderem que as suas palavras devem ser textualmente vertidas para a acta, devem mencioná-lo, devem deixar bem claro que as suas palavras sejam vertidas textualmente para acta, e tem duas hipóteses, ou entregam por escrito ou então quando falarem, nós, a mesa terá esse cuidado. Em relação ao requerimento faça o favor de apresentar. Eu não consigo perceber o porquê das intervenções, porque senão vamos estar aqui eternamente em discussão, mas de facto considerarmo-nos democratas ou não, isso também é um critério que diz a cada um, mas como eu de facto me considero democrata, faz favor de dizer o que pretende Senhor Deputado. -----

Manuel Dinis Lousada – Sabe V. Ex.^a Senhor Presidente, que, questionou-me que eu não vi quem é que se inscreveu atrás de mim, mas vi, podia não ter visto atrás de mim, mas vi à minha frente, e eu vi intervir mais 4 ou 5 deputados à minha frente, por isso eu questioneei V. Ex.^a, se estamos em liberdade acho que nós devemos manter e seguir a ordem de inscrição das pessoas. -----

Usou então da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia para proferir a seguinte intervenção: -----

“Mas já agora deixe-me dizer que não há nada no regimento que diga que é por ordem de inscrição, tá bem, como tal compete à mesa decidir a ordem, não está lá portanto acho que mais um vez, enfim, mas encerramos por aqui, porque é melhor, uma discussão absolutamente estéril não leva a nada.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o Senhor Deputado que ele não o impediu que falasse, e que não está nada no regimento que indique qual a ordem a seguir nas intervenções, pois essa ordem é da competência da Mesa da Assembleia. -----

Seguidamente concedeu um lapso de tempo, para inscrição dos Senhores Deputados que manifestassem vontade de intervir. -----

Inscreveram-se para intervir os Senhores Deputados: -----

- Artur Jorge Pereira dos Santos Marques; -----
- Manuel Dinis Lousada; -----
- Carlos Abel Almendra Frias Vieira; -----
- José Henrique Vieira da Silva; -----
- José Carlos Claro. -----

No uso da palavra o Senhor Deputado Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, iniciou por se dirigir a todos os presentes, dizendo que, gostaria de felicitar a Empresa Municipal Turimontesinho, pela realização de mais um certame da Feira da Castanha, que, foi mais uma vez um sucesso, apesar da crise económico-financeira que o país atravessa, teve o maior número de visitantes. -----

Continuou também a felicitar, o executivo camarário, pela remodelação que foi feita no campo de futebol, uma vez que, reúne todas as condições para a prática de desporto, bem como o desempenho dos representantes da Câmara Municipal na protecção civil, pelo combate às intempéries que tem assolado este Concelho. -----

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, apresentou uma moção do teor seguinte: -----

“A Lei das Atribuições e Competências Autárquicas consagra e muito bem a delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia. -----

O seu Artigo 66.º, Competências delegáveis na freguesia, estabelece logo no nº 1 o seguinte “A Câmara, sob a autorização da assembleia municipal, pode delegar competências nas juntas de freguesia interessadas, mediante a celebração de protocolo, onde figurem todos os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos e as matérias objecto da delegação”. -----

Podendo abranger, designadamente: -----

- Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos; -----
- Conservação, calcetamento e limpeza de ruas e passeios; -----
- Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados; -----
- Colocação e manutenção de sinalização toponímica; -----
- Gestão e conservação de escolas e cemitérios; -----
- Concessão de licenças de caça; -----
- Etc. etc. etc. -----

Ou ainda, -----

- O destacamento para a junta de freguesia de funcionários afectos às áreas de competência nesta delegadas, sem prejuízo dos direitos e regalias dos mesmos. -----

Devemos ser favoráveis a este tipo de delegação de competências, desde que estejam reunidas todas as condições que a Lei estabelece, a começar pelos meios financeiros, técnicos e humanos. -----

A cada junta de freguesia cabe a responsabilidade de avaliar se quer ou não aderir a este protocolo, porque a adesão é voluntária, como a própria Lei estabelece. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Vinhais reunida em sessão no dia 7 de Dezembro de 2010, aprova a seguinte recomendação: -----

1. Que o Executivo Camarário elabore um Protocolo de Competências Delegáveis nas Freguesias, a aprovar em Assembleia Municipal.”-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que, esta moção tem que ser objecto de votação, por parte deste plenário, ou seja, tem que ser votada se é aceite ou não, que esta moção seja aprovada hoje, ou se é presente à próxima Assembleia Municipal. ---

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia dizendo que acha que a moção deve ser votada agora. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que, isso é o que pensa o Senhor Deputado, pois pelo actual regimento, as moções só podem ser objecto de deliberação desde que não sejam incluídas no período de ordem do dia, se assim o autorizar o plenário. -----
Posta à consideração, foi decidido não ser discutida nem votada nesta sessão, e ser agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, dirigindo-se a todos os presentes, disse que o assunto que o trazia a este palanque podia ter sido apresentado através de requerimento à mesa ou por comunicação, no entanto achou melhor vir fazer esta comunicação de viva voz, e ia no sentido de apresentar a sua renúncia ao cargo de porta voz da bancada do Partido Social Democrata, nesta Assembleia Municipal, por motivos exclusivamente pessoais. -----
Disse ainda que, continuará a estar presente, pois isto não é uma desistência. Tão rápido quanto possível, eventualmente até à próxima sessão, fariam chegar à mesa da Assembleia, a nova representação do Partido Social Democrata nesta Assembleia Municipal. -----

Usou da palavra o Senhor Deputado José Henrique Vieira da Silva, para dizer que, trazia a esta Assembleia assuntos muito importantes, para todos os munícipes, o primeiro, prendia-se com os sucessivos cortes de energia, que atingem o nosso Concelho, provocando enormes prejuízos a todas as pessoas, razão pela qual apresentou a moção do teor seguinte: -----

“ A Freguesia de Vinhais, por proposta apresentada na sua Assembleia, deliberou proceder ao levantamento de assinaturas, com o objectivo de apresentar a esta Assembleia Municipal, em conjunto com outras freguesias, uma moção de protesto contra os sucessivos cortes de fornecimento e distribuição de energia pela EDP (Electricidade de Portugal) aos residentes deste concelho, aos quais provocam graves prejuízos materiais e morais. -----

Caso esta moção seja aprovada, deverá a mesma ser remetida aos órgãos que tutelam estes serviços, tais como: -----

- Presidência Conselho de Ministros; -----
- Presidente do Conselho Administração da EDP (Electricidade de Portugal); -----
- Presidente do Conselho de Administração da REN (Rede Eléctrica Nacional).” -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que esta moção segue os mesmos trâmites das moções anteriores, ou seja, tem que o plenário votar, se esta moção é discutida ou não. -----

Posta a votação, esta moção é admitida à discussão, por unanimidade. -----

Seguidamente, usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, dizendo em nome do Partido Social Democrata, que, já ele próprio, sentiu na pele, os problemas que se passam com a falha da luz, uma vez que, demoram imenso tempo em fazer os arranjos, e o serviço que a EDP presta é de muita má qualidade na nossa zona. -----

Sujeita a votação, esta moção é aprovada por unanimidade, a qual vai seguir os trâmites normais e entregue aos destinatários. -----

Continuou no uso da palavra o Senhor Deputado José Henrique Vieira da Silva, dizendo que, faz uma recomendação ao município, e apresenta uma proposta, isto tudo relacionado com a Zona Histórica de Vinhais. -----

De seguida leu os referidos documentos:-----

“Como deverá ser do conhecimento desta Assembleia, o Município de Vinhais, procedeu, recentemente, à demolição de um edifício urbano que possui na zona histórica de Vinhais, junto da igreja matriz. -----

Não sendo esta decisão unânime, era vontade da maioria dos vinhaenses que tal acontecesse, pelo facto daquele prédio se encontrar em estado de ruínas, o qual poderia causar danos graves a terceiros, além de fornecer mau aspecto ao local. -----

Ouvidos vários vinhaenses é opinião de uma larga maioria, partilhada pela Junta de Freguesia de Vinhais, que algo deverá ser feito naquele local. -----

Assim, propomos uma recomendação ao Município, que o mais urgente possível tome uma decisão com o objectivo de elaborar um projecto de requalificação urbanística para aquele local, tendente à execução de um espaço de lazer enquadrado naquela que é a nossa zona histórica, cuja a nobreza se pretende recuperar.” -----

“Não restam dúvidas que os projectos de requalificação urbanística, executados por este executivo camarário nos últimos anos, transformaram para melhor, a sede do Concelho, reconhecido por todos. -----

Com a execução da remodelação do Bairro do Calvário, Rua de Cima e Corujeira, ficam praticamente intervencionados os espaços principais da Vila. -----

Existe então o espaço mais nobre, e quiçá o mais complicado de requalificar, a zona histórica de Vinhais. -----

Porque pensamos ter uma palavra a dizer sobre a freguesia de Vinhais, sugerimos ao executivo municipal que encaminhe todos os seus esforços para uma intervenção forte e profunda naquele local. -----

Sugerimos: -----

Que seja apresentada proposta a esta Assembleia para considerar esta zona área de reabilitação urbana ou combate à desertificação. -----

Propomos: -----

1 – Que seja aprovado uma verba tendente a apoiar os proprietários, através de uma atribuição predefinida, com o objectivo do fornecimento de tintas e afins, tendentes à recuperação e reconstrução de fachadas e beirais dos seus edifícios, isentando estes proprietários de qualquer licença e/ou taxa para as respectivas intervenções; -----

2 – Seja atribuído uma minoração das taxas do IMI em 30% do montante a pagar em cada ano a todos aqueles que aderirem a este programa; -----

3 – Seja majorada a taxa em 30% para aqueles que optarem por não aderir, ambas de harmonia com o estipulado no n.º 6 do art.º 72.º do CIMI; -----

4 – Que se faça um levantamento com avaliação exaustiva de todos os prédios considerados devolutos e em ruínas e seja a taxa duplicada ou triplicada, respectivamente, de harmonia com o n.º 3, do referido artigo. -----

Esta é uma sugestão que nos parece justa e poderá ser o princípio do que pensamos poder ser uma solução para o problema. -----

Para este efeito, a freguesia de Vinhais, fica disponível para executar qualquer tarefa que lhe seja solicitada dentro das suas competências.” -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado José Carlos Claro, dizendo que tem vários assuntos que gostaria de discutir nesta Assembleia. -----

- Em primeiro lugar, gostaria de dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara e à sua equipa, pelo ranking acerca das escolas do Concelho de Vinhais, em que, foi considerado entre os oito melhores do país, no investimento na educação. Continua dizendo que, já no tempo em que fazia parte do executivo se preocuparam bastante com este tema. -----
- Relativamente às dívidas da Câmara Municipal, tinha lido que esta edilidade está entre as dez menos endividadas do país. -----
- Seguidamente fez um apelo a todos os Presidentes da Junta de Freguesia, para se unirem num projecto relacionado com a rede de telemóveis e internet, pois o nosso Concelho está muito mal servido, era necessário elaborar protocolos, fazer alguma coisa para este problema ser resolvido. -----
- Referiu-se ainda, à iluminação pública, dizendo que se podia fazer uma redução de custos, tendo em atenção que a partir das vinte e três horas, era suficiente estarem ligadas apenas cinquenta por cento das lâmpadas que existem em todas as aldeias. -----

2 - ORDEM DO DIA. -----

2.1 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores Deputados caso pretendessem fazer alguma inscrição. -----

A acta foi sujeita a votação e aprovada por maioria com a abstenção do Senhor Deputado José Humberto Martins, motivada por não ter estado presente na respectiva sessão, e o voto contra do Senhor Deputado Jorge Paulo Gomes da Silva, o qual apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“Eu Jorge Paulo Gomes da Silva, voto contra a aprovação da acta n.º 4 do dia 22 de Setembro de 2010. -----

Pelas seguintes razões: -----

- No quinto parágrafo da minha intervenção, quando digo “sessenta e seis metros”, falta a palavra metros, ou seja sessenta e seis metros de metros. -----

- De todo o meu discurso da minha intervenção não consta na acta. Falta parte do que foi dito.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu ao Senhor Deputado Jorge Paulo Gomes da Silva, se um dia experimentar fazer uma acta, vai ver quanto difícil é, mas há uma solução, escrevem e nós vertemos para a acta textualmente o que pretende deixar escrito, ou então dita.

Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso, dizendo que gostava de saber quando o Senhor Deputado Jorge Paulo Gomes da Silva, diz que sessenta e seis euros custavam mil seiscentos e setenta euros, estava bem transcrito. -----

Pelo Senhor Presidente da Assembleia, foi-lhe respondido que esta intervenção do Senhor Deputado Jorge Paulo Gomes da Silva, está correcta. -----

O Senhor Deputado Jorge Paulo Gomes da Silva, responde que é obvio que não corresponde à verdade, que ficou curioso e que gostava de ouvir a gravação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, respondeu-lhe que tinha que se dirigir aos serviços da Assembleia Municipal na Câmara Municipal, e pedir para o fazer, se fizer um requerimento, é-lhe transcrito textualmente o que disse. -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, usou da palavra o Primeiro Secretário da Mesa, para dar conhecimento da correspondência recebida, no periodo que medeia, entre a última sessão desta Assembleia e esta, dizendo que, a mesma se encontra disponível para consulta, nos serviços de apoio a esta Assembleia.. -----

2.3 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----

“Exmº Senhor -----
Presidente da Assembleia Municipal -----
Senhores Secretários da Mesa -----
Senhores Vereadores Presentes -----
Senhoras e Senhores Presidente de Junta e demais senhoras e senhores deputados municipais
Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

Terminado que está mais um ano económico, é tempo de fazermos algumas reflexões sobre o passado, no sentido de perspectivarmos o que poderá ser o ano de 2011. -----

Pois bem, uma primeira conclusão é fácil de tirar: todos queremos, todos pretendemos que o próximo ano seja melhor do que aquele que agora está a terminar. -----

Na verdade, os anos mais recentes, nomeadamente o último não tem sido fácil para os Portugueses em geral, não escapando a essas dificuldades todos os trabalhadores e de todas as profissões, mas também, acreditem, que a vida não tem sido fácil para quem está investido de poderes públicos, uma vez que a exigência da qualidade de vida dos cidadãos, por direito próprio, é cada vez maior, ao mesmo tempo que as restrições orçamentais são cada vez mais apertadas e as despesas tendem sempre a crescer. -----

Os Portugueses vão entrar no próximo ano com menos poder de compra, com os vencimentos mais pequenos e por isso com maiores dificuldades. -----

Os funcionários públicos e equiparados onde se incluem os políticos, vão confrontar-se com uma redução nos seus rendimentos directos. Tudo, tal como o Governo tem vindo anunciar, em prol de um redução do deficit e da melhoria da situação económica do País. -----

Particularmente, gostava de acreditar que estas medidas ajudarão a resolver os problemas enumerados. Tenho muitas dúvidas que este seja o caminho, mas quero e desejo acreditar que eu próprio esteja enganado. -----

Por tudo isto, também as contas da Câmara, reflectidas nos dois documentos chave que as demonstram (orçamento e conta de gerência), não fogem à realidade em que vivemos. E desde logo uma conclusão lógica e necessária: menos receitas obrigam a cortes na despesa. É tempo de poupar, de cortar, de restringir em tudo o que é possível. É o que temos feito e vamos continuar a fazer. -----

Assim, e neste sentido, pretendo transmitir à Assembleia, algumas medidas de fundo que estão a ser preparadas. Medidas sérias, exequíveis e que se traduzem numa poupança efectiva e quantificável. Não são medidas baseadas na extinção de serviços por exemplo, que alguns tanto apregoam e que nunca conseguem demonstrar em termos de resultados. São medidas quantitativas, que nos permitem saber quanto pouparemos na verdade, mas que ao mesmo tempo não interferem na qualidade dos serviços prestados pela Autarquia. -----

E passo a enumerá-las, algumas delas: anulação de mais de 25 contratos de luz eléctrica cujo pagamento era da nossa responsabilidade, transferência de 55 contratos para outras instituições também na parte de electricidade; redução para metade do consumo de electricidade pública, tanto na Vila como nas aldeias e ainda, redução nas transferências para as associações, eventos promocionais, feiras e clubes de futebol. -----

Espero que consigamos implementar imediatamente todas estas medidas e que na próxima sessão já seja possível enumerar com rigor os números exactos em que as mesmas se iriam traduzir. -----

A este propósito pretendo deixar uma palavra de agradecimento e de apreço a todas as Juntas de Freguesia pela compreensão que têm demonstrado no que diz respeito aquilo que são as contenções na despesa. Nesta medida também eles tem sido compreensivos parceiros. -----

Mesmo assim, minhas caras e caros representantes do Concelho de Vinhais, quero-vos dizer que continuo permanentemente insatisfeito, não por entender-mos a nossa actuação politica como negativa, nada disso, mas sim, porque continuamos sempre a querer sempre mais e melhor. Não baixamos os braços e as dificuldades que se fazem sentir e todo este clima de permanente “velório” que se respira, acreditem que particularmente me aguça ainda mais a vontade e transforma-se num desafio permanente. Continuo a acreditar, a gostar do que faço, apaixonado pelas causas que abraço e decidido a trabalhar sempre e cada vez com mais força. Quero até dizer, em consciência, que temos tido motivos mais que suficientes para olharmos para o futuro com esperança: desde logo e quem anda informado sabe isso, é muito bom sermos invejados pelos demais pois desde há 4 anos a esta parte e consecutivamente encabeçamos o grupo dos 10 da frente, em termos financeiros, é bom sabermos que é possível passarmos o dia 31 de Dezembro, se quisermos, com zero de dividas a empreiteiros, é bom olharmos para o mapa de execução de obras e verificarmos a quantidade de obras, desde arruamentos, águas, saneamentos, etars, etc, que estamos a lançar e a executar nas aldeias exactamente para que as pessoas tenham melhores condições de vida, para que os seus familiares que os visitam durante os fins-de-semana ou nas férias se sintam melhor e para que estas mesmas melhorias transformem completamente as aldeias, funcionem como chamariz,

funcionem de forma a cativar as pessoas para ali viverem, arranjam as suas casas, tratam das suas hortas e é excelente, acreditem, sabemos que na vila continuamos a executar e a construir os equipamentos que fazem falta, que são fundamentais e cujos resultados têm sido tão evidentes. -----

Apesar das restrições orçamentais, não baixamos os braços ao mesmo tempo que tudo faremos e fazemos para manter o equilíbrio financeiro: a Feira da Castanha foi o sucesso que se viu, inaugurámos recentemente o Estádio de Futebol, está aberta ao trânsito a parte construída da CIV e concluímos os arranjos exteriores e zona envolvente do pavilhão multiusos e da praça de touros, estamos a ultimar o processo para lançarmos a construção do Centro Escolar, estamos a intervir Dentro da Vila e ainda recentemente no final da semana passada, recebemos o contrato de financiamento para construção do Centro Cultural de Vinhais. Finalmente, as Casas Novas vão ser recuperadas. Aquele edifício vai voltar a ter a dignidade e utilidade que merece. Será uma grande honra, se Deus o permitir, inaugurar aquele espaço e entregá-lo para que as pessoas o utilizem. -----

Meus Caros: bem sei que alguns estarão a pensar: e emprego? Postos de trabalho? Compreendo e não os censuro. Nunca vivi de lirismos nem de ilusões: sei perfeitamente que instalar fábricas em Vinhais ou no interior do País, não passa do imaginário, quiçá, do imaginário próprio das crianças acerca da figura do Pai Natal, no entanto acredito firmemente que é possível rentabilizar o existente, dar valor aos produtos locais, e criar aqui através deles uma lógica de emprego. Nisto é porque acredito, trabalho todos os dias. -----

Por último, uma referência ao orçamento da despesa na parte em que se refere às Juntas de Freguesia: apesar de todas as restrições pensamos que conseguiremos transferir ainda € 750.000 que serão utilizados em despesas de capital e correntes. -----

Para terminar e como não podia deixar de ser aproveito a ocasião para a todos e respectivas famílias desejar um Santo Natal e que o ano de 2011 seja repleto de sucessos pessoais e profissionais. -----

Quanto à situação financeira é a seguinte: -----

- Dotações Orçamentais – €634.980,60 -----

- Dotações não orçamentais – €746.451,91” -----

2.4 - PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

Ninguém se inscreveu. -----

2.5 – ESTATUTOS DA CIM-TM – ALTERAÇÃO. -----

O Senhor Presidente da Câmara, esclareceu todos os presentes, acerca desta alteração aos estatutos, da CIM-TM, dizendo que, este assunto já foi aprovado pela Câmara Municipal, e solicita que a Assembleia também o aprove. -----

Após discussão do assunto, foi deliberado, por maioria, com os votos favoráveis da bancada do Partido Socialista e do Partido Social Democrata e com a abstenção do Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, aprovar a alteração aos Estatutos da CIM-TM. -----

Seguidamente o Senhor Manuel Dinis Lousada apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“A CDU absteve-se porque considera que a CIM-TM é mais uma manobra de combate a uma verdadeira regionalização. -----

E neste contexto a sede da comunidade seja em que município for, não estando dotada de meios financeiros, humanos e técnicos, não passa de uma farsa igual a muitas outras que nos tem tentado impingir.” -----

2.6 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM. -----

Relativamente este assunto, foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que esclareceu todos os presentes no que consistia a taxa municipal de direito de passagem, dizendo que, este assunto já se encontra aprovado pela Câmara Municipal, e solicita que a Assembleia aprove a proposta elaborada pela Câmara Municipal do teor seguinte: -----

“Para os devidos efeitos, informo V.^a Ex.^a que: -----

1 – O art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, estabelece a existência de uma taxa municipal de direitos de passagem. -----

2 – A referida taxa é determinada com base na aplicação de um percentual sobre a facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do município. -----

3 – O referido percentual é aprovado anualmente, até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, e não pode ultrapassar os 0.25%. -----

4 – Tendo em vista o cumprimento de tal normativo, a A.N.M.P., surgiu aos municípios que aplicassem o valor máximo. “ -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi a proposta colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

2.7 – LEI DAS FINANÇAS LOCAIS – ART.º 20.º - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu todos os presentes, dizendo que gostaria de ver aprovada a proposta da Câmara Municipal, cujo conteúdo é o seguinte: -----

“Para os devidos efeitos tidos por conveniente, informo V.ª Ex.ª que, o Art.º 20.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro “Lei das Finanças Locais” prevê no seu n.º 1, que **“os municípios têm direito a uma participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano anterior...”**; -----

Por sua vez, o n.º 2 prevê que **“a participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, o qual deve ser comunicada por via electrónica pela respectiva Câmara Municipal à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos”**; -----

Ainda o n.º 4 vem a dizer que **“caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima definida no n.º 1, o produto da diferença de taxas e a colecta líquida é considerada como dedução à colecta de IRS, a favor do sujeito passivo...”**-----

Neste contexto, 2 hipóteses se colocam: -----

a) o município delibera taxa inferior ao máximo (5%), então a receita será afectada ao município e aos contribuintes (sujeitos passivos); -----

b) o município delibera a taxa máxima, o IRS constituirá, na totalidade, receita do mesmo. ----

Mais informo V.^a Ex.^a que no ano anterior, a Câmara Municipal deliberou fixar a percentagem de IRS pretendida pelo Município, em 2,5%. -----

É tudo que me cumpre informar, no entanto, V. Ex.^a decidirá como melhor lhe aprouver.” ----

Usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, que gostaria em nome da bancada do Partido Social Democrata, questionar o Senhor Presidente da Câmara acerca das propostas que tinham vindo à Assembleia já em anos transactos, e mais uma vez volta a dizer o que disse em anos anteriores, o Partido Social Democrata é a favor deste tipo de promoção, que no fundo é uma promoção à residência em Vinhais. Consideramos adicionalmente que estes 2,5% é devolvido às pessoas e os outros 2,5% deveriam ir para um programa de apoio à natalidade e à escolaridade, são cerca de cinquenta mil euros, não é nenhuma independência para a Câmara, fazia todo o sentido implementar este projecto, já há cinco anos que o Partido Social Democrata propôs isto, pois somos confrontados diariamente com o êxodo que existe. A taxa de natalidade que existe no Concelho demonstra precisamente isso, vamos ver o que dizem os Censos 2011. -----

Referiu-se à intervenção apresentada pelo Senhor Deputado José Carlos Claro, relativamente às telecomunicações, em que já foi apresentado um projecto para resolver esse problema, que foi votado contra pelo Partido Socialista, e agora já foi votado a favor com este executivo, pois gostaria que com o projecto da natalidade não se passasse o mesmo. -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi a proposta colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

2.8 – ALIENAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES QUE O MUNICÍPIO DETÉM NA CACOVIN E ECOLIGNUM. -----

O Senhor Presidente da Câmara explicou a todos os presentes que a Câmara Municipal já se tinha pronunciado sobre este assunto, tendo sido um assunto muito debatido e portanto pensa

que todos iriam chegar a uma conclusão, era aconselhável a Câmara Municipal alienar as suas participações nestas duas empresas, tendo em atenção que a sua tarefa se encontra cumprida. -

Usou da palavra o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, dizendo que tinha-se dirigido à Câmara, a perguntar se havia uma fundamentação para a discussão deste assunto, visto não haver, chegou à seguinte conclusão, que passa a ler: -----

“Ainda há pouco tempo V. Ex.^a dizia que esta duas empresas eram uma mais valia de grande importância para o Concelho de Vinhais, mas depressa vem dar o dito por não dito e sem qualquer fundamentação escrita vem propor a esta Assembleia a alienação das participações. Por esta razão a CDU, propõe que este ponto seja retirado desta ordem de trabalhos e que seja agendado para a próxima assembleia devidamente fundamentado.” -----

De seguida o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, usou da palavra, dizendo que, quando foi criada esta empresa, à cerca de quatro ou cinco anos, o Partido Social Democrata se tinha absterido, e mais uma vez, tinha razão, tanto é que, trás aqui a proposta para alienação, não olvidando os méritos que a criação desta empresa teve, considera que, talvez, devido à má gestão, a não ter feito aquilo que estava no plano que foi apresentado da viabilidade económico-financeira da empresa, chegou-se hoje a este triste resultado. Tinha dito internamente no partido, que esta empresa não duraria até ao final do anterior mandato, estavam aqui pessoas que, podiam comprovar o que disse, aguentou-se mais um ano, com muito esforço, a Câmara teve que fazer suprimentos, aumentos de capital, para ela se ir aguentando, enfim, talvez iam vender esta empresa ao desbarato, porque ninguém ia querer e a recomendação que ele deixava aqui, é que se venda rápido e bem, porque vai ser um cancro. Continua a dizer que, inicialmente iriam votar a favor à alienação, porque nunca concordaram que fosse participação da Câmara, ou ser a Câmara a ter uma palavra na gestão desta empresa. -----

Não votam a favor porque consideram que de facto, aquilo que disse o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada tem razão, da mesma forma que, a Câmara quando faz uma participação de uma determinada empresa, tem que ter o plano económico financeiro e viabilidade económico-financeira para participar, também quando aliena tem que fazer o estudo da viabilidade da alienação, até para saber o valor que vai ser dado à empresa. No entanto o Senhor Presidente da Câmara disse que esse estudo iria ser feito. Devia em primeiro

lugar ser feito esse estudo e depois é que era apresentado para votação, foi o que se passou com as mini-hídricas. -----

A ideia do Partido Social Democrata é votar a favor, mas com uma condição, só mediante a apresentação de documentos técnicos para poder votar em consciência. -----

De seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, que agradeceu as intervenções apresentadas, nomeadamente a do Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira. Dirigiu-se a ele dizendo-lhe que, repare no contra-senso das suas palavras “nós abstivemo-nos na sua criação, porque dissemos na altura e disse internamente no partido que esta empresa não duraria um ano, isto acontece à má gestão desta empresa”. Pois bem o que a Câmara Municipal vem pedir a esta Assembleia é que vote hoje, e pedimos encarecidamente que o faça hoje, autorizar a Câmara Municipal a alienar os vinte e quatro por cento de uma quota que detém numa sociedade, não pedimos para extinguir a sociedade, porque não o podemos fazer, e se pudéssemos não o faríamos, nem pedimos para que seja vendida a sociedade, mas apenas vinte e quatro por cento de uma quota que detemos na sociedade, da qual não mandamos nada, porque não temos maioria. -----

O que a Câmara Municipal vem propor, é que a gestão desta empresa obedeça a um novo modelo, obedeça a um modelo empresarial moderno, que crie emprego pelos particulares, que quem quiser investir ali o seu dinheiro, que crie postos de trabalho, que faça riqueza, e acreditamos que se a Câmara sair desta empresa, permitirá que, os particulares trabalhem doutra forma e se lancem muito mais no lucro, se lancem mais na criação de emprego. -----

Continuou a dizer que, acredita plenamente que, a retirada da Câmara, tanto de uma sociedade como da outra, nomeadamente da Cacovin, trará grandes benefícios para a economia local. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, dirigiu-se ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, relativamente à proposta apresentada no sentido de este assunto ser retirado da ordem do dia para ser presente a uma próxima sessão, se era mantida, o qual informou de a manter, razão pela qual, a mesma foi colocada à votação. -----

Posto o assunto a votação, foi decidido que o assunto fosse votado nesta sessão. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, que se dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara, para lhe dizer que, o que ele tinha dito foi que, a viabilidade económica da forma que estava a ser gerida a empresa, não seria muito grande, por isso é que chegou à necessidade de ter de fazer uma nova gestão, se não não estaríamos aqui a discutir este assunto, concerteza estaria muito contente, como esteve no primeiro ano, que até deu cento e cinquenta mil euros de lucro, não sabia onde estavam, mas ao chegar ao final, iam fazer estas contas, para ver se isto deu lucro ou prejuízo à Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara tinha dito uma coisa que, é uma contradição, e era uma contradição de peso, porquê, tinham vendido as barragens e a justificação económica era que, aquilo até dava dinheiro, mas havia uns investimentos para fazer, e como a Câmara não tinha poder de decisão, vendiam, ora tinham criado uma empresa onde a Câmara não tinha capacidade de decisão, e ainda assim foi criada, portanto se alguém tem contra-sensos não era ele. -----

Continuou dizendo que, no final as contas iam ser apuradas, e aí alguém ia ter que responder sobre isto. -----

Por fim declarou que, o Partido Social Democrata está de acordo que a empresa é estratégica para o Concelho, mas tem que ser bem gerida. -----

Após a votação de não retirar este assunto da ordem de trabalhos, embora tenha que ser presente a este plenário uma justificação técnico-jurídica económica, o Partido Social Democrata, abstém-se. -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi aprovado por maioria, proceder à alienação das quotas que o Município detém na empresa Cacovin e Ecolignum, com os votos a favor dos Deputados do Partido Socialista, a abstenção dos Deputados do Partido Social Democrata e do Deputado Jorge Paulo Gomes da Silva, e o voto contra do Deputado da CDU.

2.9 – REGULAMENTO DO ECOMUSEU. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém queria intervir, manifestando essa vontade o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, que apresentou a intervenção do teor seguinte: -----

“A CDU considera que a proposta que o executivo nos apresenta, do Regulamento do Ecomuseu de Vinhais integrando (8) núcleos temáticos, a saber: -----

- Património arquitectónico e monumental. -----
- Arqueologia. -----
- Actividades económicas e industriais . -----
- Festas e romarias. -----
- Património natural. -----
- Mineiro. -----
- Águas. -----
- Museológico. -----

Em nosso entender tratasse de uma proposta muito válida quer nos aspectos de levantamento da legislação em vigor como da sistematização do uso e financiamento destes espaços museológicos. Com tudo, parece-nos que no concerne ao acesso dos visitantes “bilhete de ingresso” é possível e desejável encontrar uma solução mais amiga do Concelho. E da divulgação e usufruto destes espaços. A CDU considera que devemos ter em conta que o nosso concelho se encontra localizado no interior dos interiores. Por outro lado os cidadãos já estão subcarregados de impostos, de coimas, de taxas e mais taxas. -----

E, ainda, porque estes espaços foram financiados em grande parte por fundos comunitários e públicos sejam eles autárquicos ou do poder central. -----

Tendo em conta todos estes pressupostos e o supremo interesse do nosso concelho, que passa sobretudo pela procura de quem nos visita a CDU propõe que nos próximos (2) anos todos os visitantes estejam isentos de qualquer bilhete de ingresso.” -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi aprovado por maioria, com os votos a favor dos Deputados do Partido Socialista e a abstenção dos Deputados do Partido Social Democrata, aprovar o referido Regulamento. -----

2.10 – REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu todos os presentes, dizendo que este assunto já se encontra aprovado pela Câmara Municipal, e foi sujeito à discussão pública, pelo que solicita que a Assembleia também aprobe. -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi aprovado por maioria, com os votos a favor dos Deputados do Partido Socialista e dos Deputados do Partido Social Democrata, e a abstenção do Deputado da CDU, aprovar o referido Regulamento. -----

2.11 - APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE DOIS MIL E ONZE. ---

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, dizendo que, tendo em atenção que estes documentos foram entregues a todos atempadamente e que são devidamente esclarecedores, dispensava explicações, no entanto estava à disposição para esclarecimentos de questões que sejam suscitadas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito: -----

- Carlos Abel Almendra Frias Vieira; -----
- Manuel Dinis Lousada; -----
- José Henrique Vieira da Silva; -----
- Horácio Domingos Afonso; -----
- Franclim do Nascimento Serafim.-----

No uso da palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, dirigiu-se ao Senhor Presidente da mesa para esclarecer que podia ter havido um equívoco na votação do ponto 2.8 da ordem de trabalhos, ou seja, aquilo que gostaria de saber era se o pedido de autorização da alienação das participações era um pedido para alienação das participações em si, e a seco, para assim dizer, ou se era, para estudar a alienação das empresas, gostaria que se informasse junto da Câmara Municipal. -----

Relativamente ao orçamento, plano plurianual de investimentos e mapa de pessoal, aquilo que é atacável neste documento, como sempre, não são as contas, o que é preciso deslindar é a questão da opção política que está subjacente a estes documentos. O Partido Social Democrata volta a alertar certas situações, transferências para associações e clubes de futebol. Pois são as associações as que absorvem mais dinheiro do orçamento da Câmara. Propôs

então que, fosse feito um regulamento, para ter uma linha directriz, em relação àquilo que é a educação, a cultura no Concelho, e a partir daqui, exigir às associações que, previamente à elaboração do orçamento, façam chegar à Câmara, os projectos que têm para o ano seguinte, e em função dos projectos e do mérito dos mesmos, atribuir a respectiva verba, seria um instrumento fundamental. -----

Outra preocupação, é a Taxa Municipal sobre o IRS, tem que ver com a taxa de natalidade, e a redução de pessoal, nascem menos que os que falecem, o que leva o nosso Concelho a deixar de estar, entre os dez e os cinquenta mil habitantes. Voltava a lançar aqui, o repto da necessidade de ser projectado, ou um subsídio ou um regulamento de apoio à natalidade e à escolaridade, para combater esta desertificação. -----

Considera ainda muito preocupante, a estrutura administrativa do Concelho de Vinhais, questionando o Senhor Presidente, se acha necessário a existência das trinta e cinco freguesias, dizendo que talvez uma dúzia delas era o suficiente. -----

Continuou a dizer que, a outra situação, tem a haver, com a realização de algumas obras que, já faziam parte do orçamento da despesa do ano passado, tem haver com situações estruturais, pois é mais entusiasmante fazer algumas obras, cuja utilidade prática é imediata, e que não consubstanciam em gastos de correntes normais mensais, para o município, do que obras que, cujos gastos decorrem para o município, são demasiadamente elevados. Referindo-se por exemplo ao estádio de futebol, embora sendo uma obra participada, que o dinheiro que a Câmara investiu não é muito, a verdade também é essa, deve haver opções, e estar na política é fazer opções, como o Senhor Presidente o fez. -----

Disse ainda que, tem duas estradas que são estruturais para este Concelho, a de Seixas aos Salgueiros, sabe que está a ser negociada, mas gostaria que fosse mesmo uma realidade, como era também muito importante que a estrada de Lomba fosse arranjada, pois é uma estrada utilizada por muita gente. -----

Continuou a dirigir-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo-lhe que, discorda que ele continue tão entusiasmado como já esteve, pedindo desculpa se está a contrariá-lo, mas aquilo que parece na política, normalmente é, pois, no primeiro mandato, tinha uma dinâmica diferente da que tem actualmente, pois a própria estrutura financeira da Câmara era boa. Dizendo ainda que, sabe que as pessoas quando estão nos cargos acabam por se cansar, aquele presidente que tomou posse há cinco anos, já não é o mesmo, pois já está mais cansado. -----

No uso da palavra o Deputado Manuel Dinis Lousada, iniciou por desejar a todos um bom natal, e um melhor ano de dois mil e onze. -----

De seguida leu uma intervenção do teor seguinte: -----

“Gostaria de começar por esclarecer que a Coligação Democrática Unitária — CDU decide a seu sentido de voto no plano e orçamento, partindo do facto de a Assembleia Municipal, por imperativo da lei, estar impedida de lhe introduzir melhorias. Só em sede de Executivo Municipal é possível propor e fazer alterações. -----

A CDU, como oposição política à actual maioria PS, não pode ser confundida com outros partidos que tendo vereadores no executivo e pretendendo apresentar-se como alternativa, não aproveitam este facto para apresentar as suas propostas. -----

Somos uma força política responsável, por isso mesmo quando não votamos favoravelmente uma proposta fundamentamos a nossa posição. O nosso empenhamento, pela positiva, está patente nas propostas que temos defendido e apresentado na Assembleia Municipal. -----

Portanto, é para todos muito claro que a CDU não é uma força política passiva e derrotista, mas antes uma Coligação que tudo faz para que Vinhais possa progredir e afirmar-se como um concelho próspero e desenvolvido. -----

A falta de propostas por parte da oposição no executivo camarário é demonstrativo da necessidade imperiosa que a população de Vinhais tem de dar mais força a esta Coligação, a CDU. -----

Também queremos afirmar com toda a clareza que as nossas críticas e o nosso sentido de voto não significam que não reconheçamos que hajam aspectos positivos nestes documentos. -----

Mas o que se esperava é que o PS respondesse às seguintes preocupações: -----

No concelho de Vinhais, o desemprego continua a ser uma chaga que leva a que a força de trabalho activa seja obrigada a (i)emigrar, à procura dos meios de sobrevivência. A Juventude é a mais penalizada na medida em que raramente aqui arranja trabalho. Os jovens que saem para estudar, depois de se licenciarem, raramente regressam. -----

Os baixos salários, a precariedade generalizada e o não cumprimento dos contratos colectivos, designadamente nos serviços, no comércio, na hotelaria, na construção civil, etc. são outro traço dominante. O trabalho tem de ser dignificado e valorizado. -----

O aproveitamento dos nossos recursos naturais obriga a que, tanto os recursos, minerais e hídricos, como os recursos agrícolas e agro-industriais, sejam explorados em benefício do

concelho, da região e do país. Em benefício dos trabalhadores e das populações e não como faz o Governo a favor dos grandes grupos económicos e financeiros. -----

A valorização dos nossos produtos regionais impõe que produzamos mais, nomeadamente mudando as políticas agro-rurais e que apoiemos a agricultura familiar. É insustentável que o país continue com o défice agro-alimentar de 4 mil milhões de euros por ano. Temo de por “Portugal a Produzir”. -----

Sem um forte investimento público no concelho não haverá investimento privado! -----

Os trabalhadores não podem continuar a ser penalizados e sacrificados pelas chamadas políticas de combate ao défice. É necessário e urgente que os senhores da alta finança contribuam para o aumento das receitas do Estado, o que só é possível quando o Governo der combate firme à evasão e à fraude fiscal. -----

Minhas senhoras e meus senhores! -----

É-nos proposto votar um plano de actividades e orçamento irrealista e sem estratégia. -----

Estamos na presença de um plano e orçamento carente de políticas claras e audaciosas para áreas tão importantes como a educação, a cultura, o desporto, o urbanismo e a habitação, o desenvolvimento económico e social, etc. -----

As 35 Juntas de Freguesia do concelho de Vinhais continuam a ser consideradas como os “parentes pobres” do município. Continuam a não existir protocolos de transferências de competências, com meios técnicos e financeiros adequados, da câmara para as juntas, com um mínimo de verbas capazes de resolver os problemas das populações. -----

A política de “chapéu na mão” vai prosseguir. A modernização e a descentralização no respeito pela autonomia das freguesias vão continuar na gaveta. -----

No que concerne à política para o movimento associativo os critérios são os mesmos. Também aqui, a Câmara Municipal ainda não soube ultrapassar, totalmente, a política de “chapéu na mão”. -----

No que respeita à política cultural do município, se é verdade que de vez em quando se realizam iniciativas que é de saudar, também não é menos verdade que continua a não haver uma verdadeira política cultural. O plano e orçamento são disso reflexo. Na área cultural o importante continua por fazer, ou seja: definir as linhas gerais de uma política cultural; recrutar técnicos e pessoal devidamente preparado; atribuir meios financeiros e outros apoios na base de critérios objectivos; mobilizar e dinamizar o movimento associativo, respeitando a sua autonomia e independência. -----

O município continua sem uma política para a Juventude. -----

Estas são em síntese algumas das razões que levam a CDU a não poder votar favoravelmente o plano e o orçamento. -----

Porque votar a favor seria fechar os olhos á enorme demagogia que ele comporta. -----

Porque votar a favor seria ignorar o facto de este estilo e esta política serem mais do mesmo. - Sem esquecer, como atrás dissemos, que o plano e orçamento contemplam projectos, propostas e obras que consideramos importantes, aliás, muitas desde sempre bandeiras da CDU, mas porque a votação tem de ser global e não pontual, a posição da CDU não será favorável à proposta de plano e orçamento. -----

Para a CDU os critérios de aplicação dos cerca de 19 milhões de euros seriam outros, como seriam outras as políticas que definiríamos para o desenvolvimento do concelho de Vinhais. --

Em alternativa ao conformismo patente no PS e no PSD, a CDU não se resigna, por isso exige do poder central a garantia de execução de um conjunto de projectos e obras que garantam dar combate eficaz às escandalosas assimetrias existentes e inverter a continuada e crescente desertificação humana. -----

É um escândalo e uma pouca-vergonha a proposta de PIDDAC/2011 para o nosso concelho, que é de zero euros. Proposta que teve o apoio do PS e do PSD na Assembleia da República.

Na discussão do Orçamento de Estado e do PIDDAC, na especialidade, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um conjunto de propostas com incidência no nosso concelho, como por exemplo, entre outros: -----

- a) Construção de uma via rápida, tipo IC ou IP, entre Vinhais e Bragança; -----
- b) Construção de uma variante à Vila de Vinhais; -----
- c) Criação e instalação de um Centro Documentação e Investigação do Castanheiro da Terra Fria. -----
- d) Um programa de apoio à Agricultura Familiar: -----
- e) A construção de um Entrepósito Comercial de Produtos Agrícolas Certificados com Denominação de Origem. -----
- f) Criação de um Centro Tecnológico e de Desenvolvimento Empresarial do Nordeste Transmontano. -----

Perante propostas tão importantes para o desenvolvimento do nosso concelho e da região que fizeram estes partidos e os seus deputados, incluindo os eleitos pelo distrito de Bragança: o PS votou contra e o PSD absteve-se. -----

Pelo progresso e desenvolvimento do concelho de Vinhais.” -----

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado José Henrique Vieira da Silva, dirigindo-se ao Senhor Manuel Dinis Lousada, disse que até tinha propostas interessantes, mas o texto é de tal forma maçudo, que acaba por ninguém lhe dar importância, porque dessa política toda que fala, não tem nada a ver com Vinhais, quando chega cá, as propostas já estão descabidas. -----
Em relação à intervenção do Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, disse que, tinha gostado do discurso, embora ambíguo, mas mencionou vários temas, que tem conhecimento que já estão a ser tratados, tais como o melhoramento das estradas de Salgueiros a Santalha e a de Lomba. -----
Referindo-se ao orçamento para dois mil e onze, disse que, tinha pedido uma cópia do orçamento do ano anterior para fazer uma comparação, e concluiu que as despesas aumentaram, o orçamento passa de dezasseis para dezanove milhões. De seguida fez uma recomendação à Câmara para ter cuidado com as despesas correntes. Mas atendendo ao facto que já se previa, o corte nas transferências do estado para as autarquias, este orçamento surpreende-o pela positiva, se não fosse a questão do empréstimo que foi contraído, nada disto se reflectia. -----

De seguida interveio o Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso, para se dirigir ao Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para lhe dizer que, não tinha ficado satisfeito com o que ouviu, porque não aceita, protesta profundamente que, se atribua a alguém desonestidade intelectual, seja ao Presidente da Câmara, seja a este, seja a outro qualquer, não vale a pena encolher os ombros, o Senhor Deputado podia fazer aquilo que quisesse, não é com palavras malélicas, palavras bonitas que se sabem utilizar, que vem aqui insultar as pessoas, e portanto a atitude que o Senhor Deputado tomou em relação ao Senhor Presidente da Câmara, foi uma atitude muito má, que, tanto ele como todas as pessoas que estão aqui, são pessoas honestas e como tal ao dizer aquilo que disse, é uma coisa muito errada. -----
Em segundo lugar, e partindo para um aspecto mais global, é normal que as pessoas façam este tipo de intervenções porque, são das que tem o pé no mar e o outro na terra, quer dizer não são bem de Trás-os-Montes, esquecem-se que o lema da primeira candidatura do actual Presidente Câmara foi Vinhais aos Vinhaenses, e há aqui partidos que defendem os trabalhadores que realmente se aburguesaram, e aburguesaram-se ao ponto que, se esquecem que, quando fizeram a Expo, tínhamos que ir a Lisboa e pagar para ver aquilo que se tinha construído, e agora vem aqui propor, porque nós somos assim tão ricos, que tudo seja de graça. -----

Portanto, o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, neste momento é um deputado bem aburguesado, daqueles que tem os pés, um na terra e outro também no mar, e portanto, as suas intervenções são entendidas perfeitamente, e é nesta linha que, o Senhor tem vindo a fazer, e continuará a fazer, porque não será capaz de fazer outra coisa. -----

Referindo-se ao Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, disse que, o problema que se põe é que, nisto tudo há um negativismo muito grande, quando a Câmara, faz a proposta de venda da participação, numa determinada empresa, entendesse logo que, a empresa vai acabar, quer dizer, não existe qualquer confiança naquilo que são os empresários locais deste Concelho, vai tudo acabar, quer dizer sem a Câmara não há mais nada. Depois, há ainda outros aspectos mais negativos, no meio desta linguagem que utilizou, que é uma linguagem muito bonita, mas muito enganosa, é evidente isso, as transferências, os critérios para dar às associações, etc.. Disse ainda que, gostou de ver o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, no Encontro de Gerações no Santo António, cá veio trazer o seu pé que tirou da beira do mar, e veio trazê-lo a Trás-os-Montes, é necessário perceber, entendo que, vocês não percebem, porque vocês não conhecem as aldeias, mas toda a gente que está aqui, e que vive lá, e que vive cá, e vai a essas reuniões, onde as associações são os locais de encontro, onde conversam e se animam, e aproveitam para esquecer um pouco a solidão, portanto, tudo aquilo que se disse, esse ar negativista nós rejeitamos, porque isso não é de vinhaenses. -----

Em relação ao Orçamento vem no seguimento dos anteriores, apenas com algumas restrições, vem no seguimento de uma política de desenvolvimento da Vila, das aldeias, do Concelho e de promover inclusivamente a união e o convívio entre as pessoas. -----

Disse ainda que, este Presidente da Câmara, desde pequeno se habituou a trabalhar, a lutar, está muito mais forte, mais valente, muito mais animado do que no início quando entrou para a Câmara. -----

Finalizou a intervenção desejando a todos os presentes um bom natal e bom ano. -----

No uso da palavra o Senhor Deputado Franclim do Nascimento Serafim, dirigiu-se ao Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, perguntando-lhe quais eram as doze freguesias que pretendia fazer, pois na altura das eleições já não precisava de se deslocar às restantes freguesias. -----

Referiu ainda que não concorda que sejam apagadas as luzes de noite, nas aldeias. -----

Por fim disse que, todos os Presidentes da Junta, continuam a apoiar a dinâmica do Senhor Presidente da Câmara. -----

De seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que agradeceu todas as intervenções proferidas. -----

Iniciou por se referir à intervenção do Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, que aprecia de facto a boa teimosia com que escreve e expõe aquilo que entende, mas há uma questão que não podia deixar passar, a maneira como se refere aos Senhores Presidentes da Junta, cada vez que é aprovado um orçamento, não é a primeira vez que o faz, não lhe parece correcta quando os transforma em pedintes e diz que andam com o chapéu na mão, pois não são pedintes, não andam de chapéu na mão, porque se olhar para a conta de gerência, do último ano, percebe quais foram as transferências para as Juntas de Freguesia e ia ver que é injusta essa crítica. Quando votaram contra a proposta que apresentou do estabelecimento do protocolo com as Juntas de Freguesia, delegação de competências, tinham muita razão porque esses protocolos de competências já existem assinados com todas as Juntas de Freguesia. -----

Referindo-se ao Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, disse-lhe que não tinha apreciado a maneira como fez a sua intervenção, porque iniciou por fazer uma crítica ao Orçamento, mas a única crítica que fez, é dizer que há um excesso de transferências de verbas, para as associações, e depois disse que, não há controle quando se atribuem subsídios às mesmas.-----

Devia saber que, as associações quando apresentam um pedido para um subsidio, apresentam um orçamento para as próprias actividades, e que os clubes de futebol são fiscalizados, na execução dos seus orçamentos. -----

Disse ainda, a título exemplificativo que, a Feira da Castanha custou vinte e cinco mil euros, menos dez mil euros que o ano passado, o clube de futebol de Vinhais e de Rebordelo vão receber um terço, daquilo que receberam o ano passado, portanto, está aí uma grande manifestação do que, é uma preocupação em poupar, com aquilo que é possível poupar, mas o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, não foi capaz de fazer mais nenhuma crítica, só disse o problema é as transferências para as associações, não disse mais nada, porque de facto, a Vila teve a revolução que teve, e está a continuar a ter, as aldeias estão hoje, com uma taxa de cobertura de saneamento muito superior aquilo que tinham, de arruamentos, nem se fala, no aspecto social e no que diz respeito a equipamentos sociais no Concelho, então aí temos que nos benzer. -----

Para finalizar disse que tinha sido a Câmara que tinha promovido a constituição da Cacovin, e ainda não se tinham arrependido porque, uma das funções da Câmara, é ser o motor das iniciativas, ajudar os particulares a tomar as iniciativas, e depois retirar-se quando entenda que se deve retirar, para que o sector produtivo não fique politizado. -----

Continuou a dizer que a segunda parte da intervenção do Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, foi uma mistura no que diz respeito à política administrativa do país, e que as pessoas não perceberam, porque não desenvolveu o tema e é um tema que gostava que tivesse desenvolvido. -----

Disse ainda que, foi questionado sobre a reorganização administrativa do país, ou seja, qual era a possibilidade que existia em fundir, extinguir e juntar municípios e freguesias, pois, quanto à reorganização das freguesias, quem tem uma palavra a dizer, é a Associação Nacional de Freguesias, cujo representante em Vinhais é o José Henrique Vieira da Silva. Quanto à reorganização dos Municípios, quem tem uma palavra a dizer, é a Associação Nacional de Municípios. O Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira defende a extinção e a junção de freguesias e por ventura de Municípios, pois o Senhor Presidente da Câmara é completamente contra, e lamenta que, o Senhor Deputado José Henrique Vieira da Silva lhe tenha já passado pela cabeça a junção. Pediu a todos os presentes, nesta Assembleia, que, tomem as medidas que estiverem ao seu alcance, para que as freguesias não sejam nem agrupadas nem extintas. As Juntas de Freguesia tem grandes tarefas a desenvolver e que são imprescindíveis, como por exemplo, o serviço prestado no caso da neve, na questão da água, na ajuda aos idosos. As Juntas de Freguesia são hoje, um marco que tem muito mais importância do que tinham há uns anos atrás, nunca aceitará uma coisa dessas. -----

Em terceiro lugar disse não gostar da maneira cândida como se dirigiu à sua actuação, era um perito em apreciar a personalidade dos outros, pois não lhe parece que, tenha dado até hoje, sinais de abrandamento de algum entusiasmo, daquilo que tem sido a sua conduta pública e política. Tem um mandato para cumprir, que não começou assim à tanto tempo, irá cumpri-lo com a mesma força que tem feito até agora, com os pés bem assentes na terra, e isso reflecte a situação financeira em que o município se encontra. A situação financeira em que o município se encontra, reflecte exactamente, a preocupação política que tem desenvolvido ao longo destes tempos, investimento suficiente de acordo com aquilo que são as nossas possibilidades, de forma a ser um sistema sustentável. -----

Usou novamente da palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para se dirigir ao Senhor Presidente da Assembleia dizendo-lhe que, da mesma forma que registou a sua intervenção, gostaria de também registar o regozijo o alívio do seu comentário. E faz uma crítica como despedida que, de facto há intervenções que não sabe muito bem, se são intervenções, se são comentários a intervenções, e acha que a tal revisão do regulamento, desta Assembleia, se deve reflectir claramente, isto é, ou as pessoas falam de facto daquilo que está a ser discutido, ou então não faz sentido falar, e portanto, ouve aqui intervenções de uma das pessoas que usam uma linguagem que é incompatível com o estatuto social que tem, até porque, não parece que, esta história de distinguir-mos entre os bons estão cá, e os maus estão lá fora, seja muito bem nesse contexto, muito menos uma pessoa que, também ele próprio, já esteve fora e portanto, se lhe fizessem essa crítica nessa altura, seria o primeiro a insurgir-me contra ele, porque a vida de cada um, cada um é que sabe, aquilo que foi posto em causa, não foi a personalidade do Senhor Presidente, o que estava em causa é a atitude política que transparece. -----

Seguidamente referiu-se ao Senhor Deputado Franclim do Nascimento Serafim, dizendo que, entende a sua opinião, mas que estavam em contradição, pois a reorganização do país é uma coisa que nos vai ser imposta. -----

Em relação à intervenção do Senhor Presidente disse que, há despesas que se mantêm algo excessivas no Orçamento, embora tenha que reconhecer que há claramente uma racionalidade de custos que não se verificou até aqui, porque o planeamento disto, através de umas directrizes estratégicas, em relação à cultura e à educação, eram importantes, para a própria política educacional e de cultura da própria Câmara. -----

Disse ainda que, em relação à reestruturação, seria uma boa temática para ser planeada numa futura assembleia, porque vai ser necessário extinguir estruturas administrativas, fundi-las e regionalizar o país. -----

Não tendo sido demonstradas mais intenções de intervirem relativamente ao assunto em questão, foram colocados à votação o Orçamento e Plano Plurianual de Investimento e Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e onze, tendo sido aprovados por maioria com os votos favoráveis dos Senhores Deputados do Partido Socialista, a abstenção dos Senhores Deputados do Partido Social Democrata e com o voto contra do Senhor Deputado da CDU. ---

Mais foi deliberado, autorizar a repartição de encargos dos projectos inscritos em anos futuros.-----

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, entregou à Mesa uma declaração de voto do teor seguinte: -----

“A CDU não votou favoravelmente o Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para o ano de 2011 para o concelho de Vinhais, por um conjunto de factores que passa a esclarecer: -

1. Em primeiro lugar, porque, muito embora o documento em causa contenha obras da maior importância para o município, ele revela, ao mesmo tempo, graves lacunas em áreas estratégicas da política municipal como seja: não existe uma política de desenvolvimento para o concelho e de defesa do meio rural; não se conhece uma estratégia e uma política clara para as áreas culturais, desportivas e de juventude; falta um programa de habitação social; entre muitas outras áreas consideradas fundamentais. -----

2. Não há uma política de apoio ao comércio e à indústria do concelho. E, como toda a gente sabe: os micros, pequenos e médios empresários do concelho (que são a esmagadora maioria) vivem tempos difíceis, e esperavam por parte do Município a definição clara de políticas de apoio a este sector. -----

3. Perante o ataque que o Governo está a fazer ao Poder Local, cortando verbas e, alinhando com a teoria da “psicologia da crise”, os autarcas do PS resignam-se e são cúmplices dos estertores. A CDU não pode concordar com esta política de terra queimada, por parte do Governo/PS Sócrates. -----

4. As transferências de competência e meios técnicos e financeiros para as Juntas de Freguesia, são uma miragem. Usa-se o pau e a cenoura, aliada a uma política miserabilista e de mercearia, muito ao estilo PS. -----

Pode dizer-se que, a proposta do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2011, não responde a muitos dos problemas que o concelho e as suas populações enfrentam no momento actual. Continua sendo um documento mal elaborado. -----

Este Plano e Orçamento não passa de um documento demagógico e populista. -----

A CDU lamenta ainda o facto de mais uma vez a maioria no executivo camarário não cumprir o Estatuto do Direito da Oposição nomeadamente, o art.º 5.º, da Lei 24/98, quando estabelece que os partidos da oposição com representação na Assembleia Municipal têm “o direito de serem ouvidos, em consulta prévia, sobre propostas dos respectivos orçamentos e planos”. ----

2.12 – 4.^a REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 3.^a PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS. -----

Não havendo intervenções a 4.^a Revisão ao Orçamento da Despesa no valor de quinze mil euros (15.000,00 €) e a 3.^a ao Plano Plurianual de Investimentos no valor de quinze mil euros (15.000,00 €), foram colocados a votação tendo sido aprovados por maioria com os votos favoráveis do Partido Socialista, um voto contra da CDU e abstenções da bancada do Partido Social Democrata. -----

3- PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO. -----

Neste período, ninguém do público manifestou intenção de intervir. -----

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, cerca das dezassete horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----